

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Percepção de discriminação racial em crianças brasileiras

Juliana Almeida Rocha Domingos

São Carlos - SP

Setembro de 2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Percepção de discriminação racial em crianças brasileiras

Juliana Almeida Rocha Domingos

Texto apresentado para o Exame de Defesa de Mestrado como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos.

Área de Concentração:
Comportamento e Cognição.

Orientadora:
Prof^a Dr^a Débora de Hollanda Souza

São Carlos - SP

Setembro de 2022

Dissertação realizada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSCar, que é apoiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – código de financiamento 001. A Pesquisa foi desenvolvida no Laboratório de Interação Social (LIS) da UFSCar e também é parte do programa do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia sobre Comportamento, Cognição e Ensino/ INCT-ECCE (CNPq, Processo 465686/2014-1; FAPESP, Processo 2014/50909-8).



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Juliana Almeida Rocha, realizada em 26/09/2022.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Maria Stella Coutinho de Alcantara Gil (UFSCar)

Profa. Dra. Ana Cristina Juvenal da Cruz (UFSCar)

Profa. Dra. Dalila Xavier de França (UFS)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

Agradecimentos

À Deus, por conduzir os meus passos até aqui e me ensinar pacientemente que seus planos são muito maiores que os meus.

À querida Débora, minha orientadora e maior referência quando os assuntos são pesquisa e psicologia do desenvolvimento humano. Obrigada por todo ensino e apoio ao longo desses anos preciosos de trabalho juntas. Você é um ser humano, mulher, psicóloga, pesquisadora e professora inspiradora para mim!

À professora Maria Stella, por ter aceitado o convite para presidir a banca de defesa e por ter conduzido este momento com tanta gentileza e leveza. Foi uma honra tê-la conosco.

Às professoras Ana Cristina e Dalila, que compuseram a banca examinadora, pela oportunidade de discutir o meu trabalho com vocês, duas pesquisadoras negras (porque representatividade importa!) e pelas contribuições que trouxeram para esta pesquisa.

À professora Tânia, que teve um papel importantíssimo no início dos meus estudos no campo das relações étnico-raciais, por tantos ensinamentos! Todo meu carinho e admiração!

À Luana Barreto, que gentilmente se dispôs a realizar junto comigo a coleta de dados desta pesquisa. Agradeço pelo trabalho cuidadoso, foi uma ajuda determinante.

À coordenação da Escola Estadual Ludgero Braga, por abrir as portas para a minha pesquisa, e aos alunos e famílias que aceitaram participar do estudo, obrigada por contribuírem com a pesquisa brasileira.

À Secretaria do PPGPsi, por todas as orientações e auxílios enquanto estive aluna do Programa.

À CAPES, pelo apoio ao nosso Programa, possibilitando que nossas pesquisas sejam desenvolvidas.

Aos meus queridos amigos e familiares que estiveram presentes no dia da defesa, obrigada por celebrarem esse momento comigo.

E, especialmente, à minha base – meu esposo Elias; meus pais, Marina e Joaquim, minha Vó Rita, meu irmão Adriano, meu irmão Juliano (em memória), por todo o amor, paciência, apoio e incentivo que me dão em todos os desafios e por estarem sempre presentes em todas as conquistas! “Enquanto houver você(s) do outro lado, aqui do outro eu consigo me orientar”.

Sumário

| | |
|--|----|
| Resumo | 2 |
| Abstract | 4 |
| Introdução | 6 |
| Definindo alguns conceitos | 9 |
| Estudos da psicologia brasileira sobre a temática racial | 12 |
| Efeitos da discriminação racial sobre o desenvolvimento infantil | 19 |
| O desenvolvimento da percepção de discriminação racial em crianças | 21 |
| Objetivos | 25 |
| Método | 26 |
| Participantes | 26 |
| Local e Materiais | 27 |
| Medidas e instrumentos | 28 |
| Procedimentos | 31 |
| Resultados | 33 |
| Discussão | 39 |
| Referências | 46 |

Domingos, J. A. R. (2022). Percepção de discriminação racial em crianças brasileiras. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP. 59 pp.

Resumo

Combater a discriminação racial envolve a capacidade de perceber quando ela ocorre. Estudos realizados com crianças estadunidenses têm demonstrado que fatores cognitivos, individuais e situacionais fazem com que algumas crianças sejam mais hábeis do que outras em reconhecer a discriminação racial direcionada a elas ou a terceiros. Considerando a maneira encoberta como o racismo opera no Brasil e o número ainda limitado de estudos sobre o tema na psicologia brasileira, a presente pesquisa teve como objetivo investigar quando se inicia e como ocorre a percepção de discriminação racial em crianças brasileiras, e se aspectos cognitivos (i.e., cognição cultural), variáveis do contexto, (i.e., cor do alvo da discriminação e conhecimento sobre histórico de discriminação) e individuais (i.e., pertencimento racial) influenciam esta percepção. Participaram deste estudo 53 crianças brancas e negras de 6 a 12 anos. As crianças assistiram a quatro vídeos de histórias sobre um personagem adulto que fazia uma escolha entre uma criança negra e uma branca, sendo que a escolha sempre beneficiava uma em detrimento da outra. Ao final de cada história, elas respondiam uma pergunta sobre as razões para a escolha feita. Os participantes foram divididos em três condições: na Condição 1, eles assistiram histórias que demonstravam um padrão de discriminação racial nas escolhas e que tinham uma dica situacional que poderia justificar tal atribuição; na Condição 2, não havia um padrão de discriminação racial nas escolhas e havia uma dica situacional que poderia justificar isso; na Condição 3, as histórias variavam entre escolhas aparentemente discriminatórias e aparentemente não-discriminatórias, e não havia dica situacional para auxiliar na decisão. A cor dos personagens das histórias não

foi verbalizada em nenhum momento, sendo que as crianças podiam apenas obter essa informação vendo os personagens no vídeo. Os participantes também realizaram uma tarefa de classificação racial e forneceram autodeclaração racial, a fim de se obter uma medida da cognição racial e do pertencimento racial. Os resultados indicaram um baixo desempenho dos participantes na tarefa de percepção de discriminação racial para as situações em que ela estava presente. Um efeito de idade foi encontrado apenas na condição 1 (histórias com discriminação), sendo que as crianças mais velhas perceberam mais a discriminação do que as mais novas. Não houve efeito das variáveis situacionais e do pertencimento de grupo na percepção de discriminação da amostra analisada. Espera-se que este estudo contribua com a ampliação do entendimento sobre a percepção de discriminação racial entre crianças no Brasil e forneça dados que possam subsidiar intervenções futuras para combater a ocorrência e os efeitos da discriminação racial.

Palavras-chave: discriminação racial; percepção de discriminação racial; crianças.

Domingos, J. R. A. (2022). *Perception of racial discrimination in Brazilian children*. Master's thesis. Graduate Program in Psychology, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP. 59 pp.

Abstract

Combating racial discrimination involves the ability to notice when it occurs. Studies conducted with U.S. children have shown that cognitive, individual and situational factors make some children better at recognizing racial discrimination directed at them or others. Considering the covert manner in which racism operates in Brazil and yet the limited number of studies on the subject in Brazilian psychology, the present study aimed to investigate when and how the perception of racial discrimination in Brazilian children occurs, and whether cognitive aspects (i.e. cultural cognition), contextual variables (i.e. color of the target of discrimination and knowledge about the history of discrimination) and individual variables (i.e., racial belonging) influence this perception. Fifty-three white and black children from 6 to 12 years old participated in this study. Children watched four videos of stories about an adult character who made a choice between a black child and a white child, with the choice always benefiting one over the other. At the end of each story, they had to answer a question about the reasons for the choice made. Participants were divided into three conditions: in Condition 1, they watched videos with stories showing a pattern of racial discrimination in the choices made and which included a situational cue that could justify such attribution; in Condition 2, there was no pattern of racial discrimination in the choices made and there was a situational clue that could justify this; in Condition 3, the stories varied between apparently discriminatory and apparently non-discriminatory choices, and there was no situational cue to aid in the decision. The color of the characters in the stories was not verbalized at any time, and children could only obtain this information by looking at the characters in the video.

Participants also performed a racial classification task and provided a racial self-declaration in order to obtain a measure of racial cognition and racial belonging. Results showed participants performed poorly in the perception of racial discrimination task in situations when discrimination was present. An age effect was found only in condition 1 (stories with discrimination) with older children perceiving more discrimination than the younger group. There was no effect of situational variables and group membership on the perception of discrimination in the present sample. We hope this study may contribute to broadening our understanding of the perception of racial discrimination in Brazilian children and provide data that can support future interventions to prevent the occurrence and effects of racial discrimination.

Keywords: racial discrimination, perception of racial discrimination, children

Introdução

O Brasil é um país profundamente marcado pela desigualdade racial. Mais de um século se passou desde o fim da escravidão africana em solo brasileiro, no entanto, o legado deste período doloroso da história, bem como da falta de políticas para inserção das pessoas negras na sociedade após a abolição da escravatura, ainda afeta sobremaneira a vida dos descendentes dos escravizados (para uma revisão histórica, ver Munanga, 2003; Gomes, 2005).

Uma pesquisa publicada recentemente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, evidencia que a população negra no Brasil possui os piores indicadores de desenvolvimento social, em todas as áreas avaliadas (IBGE, 2019). Na educação, por exemplo, a taxa de analfabetismo da população negra foi 9,1% e da população branca foi 3,9%. A porcentagem de jovens brancos de 18 a 24 anos no ensino superior (36,1%) foi praticamente o dobro dos jovens negros nessa mesma faixa etária (18,3%). A desigualdade permanece quando analisados os indicadores de acesso a trabalho e renda. Na ocasião da pesquisa, a população negra correspondia a 64,2% das pessoas desempregadas e a desvantagem da população negra se manteve independentemente do nível de instrução. Além disso, a renda média mensal das pessoas brancas foi 73,9% superior à das pessoas negras, o que se manifesta em termos de menores remunerações em cargos semelhantes, menor acesso à educação e de segregação ocupacional.

As desigualdades não só interferem na ascensão social da população negra, como coloca em risco a própria sobrevivência deste grupo étnico-racial, sendo que as principais vítimas da violência no país pertencem à população negra. Em 2017, a taxa de homicídios entre os negros foi 2,7 vezes maior em relação aos homicídios entre a população branca, com taxas de 43,4 e 16,0 a cada 1000 habitantes, respectivamente. Os números são ainda mais alarmantes quando se trata de jovens negros de 15 a 29 anos:

98,5 homicídios de pessoas negras em cada 1000 na população negra contra 34,0 em cada 1000 na população branca. Quando se trata de jovens negros homens, a taxa atingiu 185,0 a cada 1000 jovens, em relação a uma taxa de 63,5 a cada 1000 entre os homens brancos (IBGE, 2019).

A atuação do Estado brasileiro frente à desigualdade racial é muito recente e ainda tímida. De acordo com Gomes (2005), historicamente, as instituições governamentais sequer reconheciam o racismo como um fenômeno presente no país e até o negavam, baseando-se no Mito da Democracia Racial, uma ideologia que se difundiu amplamente pelo país a partir da década de 30. Esta ideologia afirmava que as relações étnico-raciais no Brasil ocorriam de maneira harmoniosa, comprovada pela própria miscigenação presente no país, o que levaria, portanto, ao argumento da não existência do racismo no país (Gomes, 2005).

Assim, por muito tempo, a crença na inexistência de racismo no país impediu que governantes e uma parcela ampla da sociedade se empenhasse em combatê-lo, acumulando mais desigualdades e perpetuando estereótipos raciais em relação às pessoas negras, ao explicar as diferenças entre os grupos raciais em termos da falta de capacidade da população negra em alcançar melhores posições na sociedade, e não pela desigualdade de oportunidades (Gomes, 2005).

Enquanto tais ideologias eram propagadas entre as elites econômicas e políticas do país, até mesmo como uma manobra política para manter a relação de poder então estabelecida (Gomes, 2005), a população negra buscava ativamente alternativas para superar a desvantagem social em que permaneciam. Tomando como exemplo o campo da educação, a literatura documenta iniciativas de lideranças civis negras, no início do século XX, em criar escolas comunitárias com o objetivo de suprir a demanda por uma

educação formal desta população, negligenciada pelo Estado (Cruz, 2016; Gonçalves & Silva, 2000) .

Gonçalves e Silva (2000), em um amplo resgate histórico da trajetória educacional do negro no Brasil, dos tempos da escravidão até o final do primeiro milênio, evidenciam diversas maneiras como essa população lutou pelo direito à educação e ao mesmo tempo, denunciam a postura omissa do Estado em relação a educação das pessoas negras, fortemente marcada pela exclusão e abandono frente as demandas educacionais desta população. Os autores argumentam que a situação atual da educação do negro do Brasil poderia ter tomado rumos muito diferentes, caso desde o início o poder público tivesse criado políticas educacionais efetivas que os incluíssem.

De acordo com Cruz (2016), as primeiras legislações educacionais voltadas para a ampliação do acesso à educação e que mencionaram a importância do combate à discriminação surgem somente nos anos 60 e 70. A autora salienta, no entanto, que estudos dos anos 1990 ainda denunciavam a permanência da desigualdade no acesso à educação. Foi a partir de 2001, com os direcionamentos da III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, realizada na África do Sul, que o Brasil adotou uma postura mais combativa no nível governamental, assumindo o compromisso de elaborar e implementar políticas de enfrentamento mais estruturadas, culminando por exemplo, em políticas de reconhecimento e valorização da cultura afro-brasileira e implementação das ações afirmativas (Cruz, 2016).

É a partir deste contexto histórico-cultural de intensa desigualdade racial e da necessidade de reconhecimento do racismo como causador destas disparidades, que se justifica este estudo, desenvolvido com o intuito de investigar especificamente como se

desenvolve a capacidade de reconhecimento ou percepção da discriminação racial entre crianças de 6 a 12 anos.

Uma análise dos estudos mencionados anteriormente revela a importância do reconhecimento da discriminação racial para a adoção de medidas de enfrentamento. A literatura sugere que somente a partir do reconhecimento deste problema, políticas públicas de enfrentamento, como as leis educacionais, começaram a ser implementadas (Cruz, 2016; Gomes, 2005). Assim, para que a sociedade como um todo se engaje efetivamente na luta antirracista, é necessário que as pessoas sejam capazes de reconhecer a discriminação presente no cotidiano das relações interpessoais, institucionais e nas práticas culturais.

Nesta direção, a ciência psicológica pode e deve ter uma atuação mais ativa no combate ao racismo no Brasil, produzindo conhecimento sobre como este fenômeno complexo se desenvolve, ocorre, é percebido e impacta os indivíduos e suas relações. Com base nesse conhecimento, será possível contribuir para a elaboração e implementação de intervenções para diminuir a expressão e efeitos da discriminação racial entre as pessoas.

Definindo alguns conceitos

Nesta seção, serão definidos alguns conceitos que permeiam o debate racial no Brasil e que fazem parte do escopo conceitual deste estudo. O primeiro deles é o racismo, uma ideologia que nasce na Europa do século XIX e ganha sustentação científica nos estudos naturalistas deste período que classificou os grupos humanos de acordo com a cor da pele e traços morfológicos, e, posteriormente, associou tais características a aspectos psicológicos, morais e intelectuais, criando uma hierarquização entre as chamadas raças. De acordo com esta ideologia, haveria uma

raça, a branca-europeia, que seria superior, mais honesta e inteligente, e que deveria, portanto, se sobressair e dominar aquelas consideradas inferiores, visando a preservação do patrimônio biológico humano (Munanga, 2003; Schucman, 2010).

Felizmente, com os avanços nos estudos sobre genética humana no século XX, o conceito de raça humana, como categoria biológica, perdeu sua validade científica. No entanto, a ideia da superioridade branca em relação aos demais grupos continua ressoando no imaginário coletivo até os dias de hoje e mais do que isso, continua perpetuando desigualdades entre as pessoas com base na cor e traços físicos (Munanga, 2003; Schucman, 2010).

Assim, autores como Munanga (2003), Gomes (2005) e Schucman (2010) abordam o conceito de raça como um construto ainda operante, não mais como categoria biológica, mas agora, como uma categoria social. Sendo assim, como categoria social operante e eficaz em produzir desigualdades, Schucman (2010) argumenta que, apesar da invalidade científica do conceito, uma vez que a categoria raça é a causa pela qual os negros são discriminados no Brasil, este mesmo conceito deve ser mobilizado na luta pela promoção de políticas de enfrentamento às profundas desigualdades presentes na sociedade brasileira bem como iniciativas de fortalecimento da identidade negra. Nessa direção, e considerando o debate robusto presente na literatura sobre as relações étnico raciais a respeito da continuidade do uso do termo “raça” (Gomes, 2005), salienta-se que, na presente pesquisa, sempre que o termo raça for utilizado, será como um construto social, no seu significado prático e político e jamais no sentido biológico.

Além dos conceitos de racismo e de raça, outra definição importante para este estudo é o conceito de discriminação racial. Dovidio et al. (2010) definem a discriminação como um conjunto de comportamentos negativos direcionados a um

indivíduo, motivados pelo seu pertencimento de grupo, e que produzem e mantêm uma relação de desigualdade entre diferentes grupos. Esses comportamentos podem ser explícitos, como por exemplo uma agressão física ou verbal direta; ou implícitos, como dar um tratamento menos positivo a um indivíduo em detrimento de outro, com base no seu pertencimento racial.

A discriminação racial se diferencia do conceito de preconceito racial. Segundo Gomes (2005), enquanto a discriminação ocorre enquanto comportamento, o preconceito ocorre no nível cognitivo (pensamentos, crenças, atitudes). Assim, a discriminação poderia ser compreendida como práticas que efetivam o preconceito. A autora chama atenção, entretanto, para o cuidado ao se considerar o preconceito como a causa da discriminação, explicando que, nesta perspectiva, o foco está no indivíduo portador de preconceito como o agente da discriminação. Levando em consideração o Mito da Democracia Racial, que afirma que no Brasil não existe preconceito, seria como dizer que também não existe discriminação racial. No entanto, a discriminação racial pode ser oriunda de outras motivações, por exemplo, o interesse de perpetuar relações de poder entre grupos distintos (Gomes, 2005; Dovidio et al., 2010).

Um aspecto importante sobre a discriminação racial é que ela não ocorre apenas nas relações interpessoais, mas por ocorrer também nos níveis cultural e institucional. No nível cultural, a discriminação ocorre em forma de práticas sociais guiadas pela crença na superioridade de certo grupo em detrimento de outros; na dimensão institucional, ela ocorre através de mecanismos que restringem o acesso a oportunidades a membros dos grupos estigmatizados, impedindo sua mobilidade social (Brown, 2017; Williams & Priest, 2015). Essas três dimensões - individual, cultural e institucional - podem ocorrer de forma simultânea ou independente, o que a torna a discriminação

racial um fenômeno complexo (Brown, 2017). Assim, a discriminação racial pode ser difícil de ser percebida, especialmente quando na sua forma sutil.

Este pode ser um desafio ainda maior no contexto brasileiro, onde o Mito da Democracia Racial, somado a longos anos de uma postura de negação do Estado frente ao racismo, camuflou por muito tempo a realidade do racismo no país, tornando sua atuação velada e sutil (Schucman, 2010). Assim, apesar dos dados alarmantes sobre a desigualdade racial no Brasil apontarem para o racismo como sua causa, o discurso da negação do racismo se consolidou na sociedade brasileira de tal forma que possibilita com que ele continue operando sistematicamente, sem que haja ações efetivas de enfrentamento do sistema político, e alimentando explicações alternativas para o abismo racial existente no país (Schucman, 2010; Gomes, 2005).

Estudos da psicologia brasileira sobre a temática racial

As relações étnico-raciais têm sido um tema de crescente interesse nos estudos da psicologia brasileira. Martins, Santos e Colosso (2013) apresentam um panorama dos estudos realizados no campo da psicologia entre 2000 e 2009 que abordaram a questão racial. Foram encontrados 41 trabalhos, sendo que grande parte deles são da Psicologia Social (16 estudos).

De acordo com esta pesquisa, quase metade dos estudos da psicologia brasileira sobre o racismo, publicados na primeira década do presente século, versaram sobre as novas formas de expressão do preconceito no Brasil, uma linha de estudos que argumenta que as recentes medidas de combate ao racismo, no nível das leis, têm funcionado como uma espécie de pressão social, levando as pessoas a expressar o preconceito de maneira mais sutil, como forma de manter uma aparentemente conformidade à norma antirracista. Uma segunda tendência dos estudos foi abordar os

efeitos do racismo sobre a saúde mental e identidade das pessoas negras, demonstrando ser um fator que gera intenso sofrimento e destacando a importância da valorização do pertencimento étnico-racial como ferramenta de combate a esses efeitos.

Outros dois temas recorrentes foram os estudos sobre a história do racismo no Brasil e o papel da psicologia na superação deste problema social; e pesquisas sobre as atitudes dos brasileiros em relação às políticas de ações afirmativas. Os autores concluem que, apesar de ainda escassa, até 2009, as pesquisas da psicologia brasileira trouxeram contribuições importantes para a compreensão deste fenômeno no país e destacam a importância da formação de profissionais qualificados para atuarem com o tema racial nas relações cotidianas (Martins et al., 2013).

Nos próximos cinco anos, após o período que cobriu a busca de Martins et al. (2013), a temática racial permaneceu sendo de interesse da psicologia brasileira, com um aumento na produção científica sobre o assunto. É o que mostra uma revisão sistemática de estudos da psicologia brasileira sobre o preconceito racial, que encontrou 77 artigos publicados até o ano de 2014 (Sacco, Couto e Koller, 2016). As autoras destacam as áreas da Psicologia Social e Psicologia do Desenvolvimento com as que produziram mais trabalhos nesse campo de estudo. No que diz respeito à temática as pesquisas, no geral, observa-se que as pesquisas seguiram a mesma tendência já indicada anteriormente, com um aumento expressivo de estudos sobre as cotas raciais.

Esta revisão ofereceu ainda uma importante contribuição ao realizarem uma análise detalhada de aspectos metodológicos das pesquisas, indicando lacunas importantes e direções para uma maior qualidade no desenvolvimento deste campo de estudos dentro da psicologia brasileira. Sacco et al. (2016) consideram a produção de conhecimento por parte da psicologia sobre o preconceito racial ainda pequeno, dada a relevância do tema no país e o potencial que esta ciência possui no combate ao racismo,

e indicam a necessidade de mais trabalhos voltados a compreender como o racismo se desenvolve entre as crianças brasileiras, uma vez que a maior parte dos estudos foi realizado com adultos.

Dentre os poucos estudos realizados com crianças, destaca-se o trabalho de França e Monteiro (2004) que trata da expressão do preconceito racial na infância. O estudo parte de uma aparente contradição presente na tradição cognitivista de pesquisas sobre o desenvolvimento do preconceito na infância, que explica os dados de pesquisas anteriores sobre a diminuição do preconceito a partir dos 8 anos de idade, como resultado do amadurecimento de estruturas cognitivas e aparecimento de novas habilidades (França & Monteiro, 2004). Como argumentam França e Monteiro (2004), no entanto, essa interpretação não explica porque pessoas adultas continuam expressando o preconceito, uma vez que já passaram por todas as etapas de amadurecimento cognitivo da infância.

Assim, na direção de estudos prévios sobre as novas formas de expressão do preconceito, realizados com adultos, França e Monteiro (2004) investigaram experimentalmente a manifestação do preconceito sutil entre as crianças, propondo que ao invés de uma diminuição da expressão do racismo, na verdade, as crianças passariam a praticar o preconceito de forma encoberta, como resultado do efeito da aprendizagem a respeito de normas sociais antirracistas.

Em um primeiro experimento, as autoras testaram o efeito da saliência de um contexto igualitário, ou seja, que não justificava a discriminação racial, bem como de um contexto de diferenciação, que tivesse uma justificativa alternativa para a discriminação, sobre a expressão de discriminação em crianças brancas de 5 a 7 anos e crianças brancas de 8 a 10 anos. O experimento consistia na realização de uma tarefa de distribuição de recompensas entre um personagem negro e um personagem branco pelas

suas participações em uma atividade. No contexto em que não havia justificativa para a discriminação (ou seja, tanto o alvo negro como o branco tiveram o mesmo desempenho), as crianças menores discriminavam o alvo negro em comparação ao alvo branco, enquanto as crianças mais velhas não faziam diferença entre os alvos. Quando, no entanto, havia uma justificativa para a discriminação (havia uma diferença de desempenho entre os alvos branco e negro), tanto as crianças mais novas como as mais velhas recompensavam menos o alvo negro do que o alvo branco. As autoras concluem, portanto, que em contextos em que o comportamento discriminatório tem chance de ser explicado de outra forma, as crianças mais velhas, assim como os adultos, tendem a apresentar a discriminação racial de forma disfarçada.

França e Monteiro (2004) conduziram ainda um segundo estudo, a fim de demonstrar o efeito da saliência da norma antirracista sobre o comportamento discriminatório em crianças brancas. A saliência da norma antirracista foi manipulada por meio da presença ou ausência de uma pesquisadora negra enquanto a criança realizava uma tarefa de distribuição de recursos entre um alvo negro e um alvo branco. Os resultados indicam que, diferentemente das crianças de 5 a 7 anos, que apresentaram discriminação do alvo negro independente da saliência da norma antirracista, as crianças de 8 a 10 apresentaram comportamento de discriminação apenas quando a pesquisadora negra estava ausente, sendo que na sua presença, se comportavam demonstrando inclusive uma preferência exogrupal.

Por meio dos resultados desta pesquisa, França e Monteiro (2004) demonstram que, longe de deixar de ser expressa, a discriminação racial entre as crianças (a partir dos 8 anos) continua ocorrendo, no entanto, em situações em que o comportamento tem baixa probabilidade de ser punido socialmente, ou seja, em contextos em que há uma

outra explicação para a diferenciação entre os grupos e em situações em que a norma social antirracista não está saliente.

Mais recentemente, com o interesse em compreender como as crianças percebem a discriminação racial, Cruz (2015) conduziu um estudo que investigou a percepção de crianças entre 5 e 8 anos, de diferentes países, incluindo o Brasil, a respeito do preconceito racial no contexto escolar. A autora argumenta que o processo de perceber a discriminação racial é um passo importante para o seu combate e que ouvir o que as crianças têm a dizer sobre isso é um passo essencial.

Para acessar as percepções das crianças sobre a discriminação racial no ambiente escolar, foram realizadas quatro diferentes dinâmicas, criando oportunidades para a ocorrência de relatos sobre eventuais discriminações percebidas. A primeira dinâmica consistiu em uma atividade de grupo, durante a qual as crianças foram solicitadas a realizar desenhos de si mesmas na escola, e então, responder perguntas sobre aspectos positivos e negativos que já vivenciaram ali. Na segunda dinâmica, algumas crianças selecionadas deveriam apresentar a escola à pesquisadora e, em cada local apresentado, perguntas sobre as experiências vividas ali eram feitas. Uma terceira dinâmica envolvia o seguinte procedimento: algumas crianças tiravam fotos de colegas da turma e depois, respondiam perguntas, como por exemplo, sobre o porquê de escolher aquele determinado amigo e qual criança da sala ela não escolheria. Por fim, foram lidas quatro pequenas histórias para que as crianças completassem, sendo que uma delas envolvia discriminação racial.

Os resultados indicaram que, com algumas diferenças nos diferentes contextos culturais, de forma geral, as crianças nessa faixa etária foram capazes de perceber a discriminação racial, especialmente na tarefa de completar histórias. Outro dado importante foi a presença de uma visão negativa do negro entre as crianças, com a

utilização de termos como “cabelo ruim” para descrever o cabelo crespo, característico do grupo negro, o que dificulta a identificação das próprias crianças pretas com seu grupo étnico-racial. A autora destaca que as crianças se mostravam sensíveis a mudar de ideia após conversas sobre discriminação, adotando uma postura mais igualitária. Além de se demonstrarem solidárias à história de discriminação racial contada, aspectos que indicam a importância de intervenções voltadas a diminuição do preconceito entre as crianças.

Nesta direção, Bezerra, Santos e Fernandes (2018) sugerem que trabalhar a empatia entre as crianças pode ser um caminho para a redução de comportamentos discriminatórios na infância. O estudo, realizado com crianças brancas e negras de 7 a 12 anos, investigou a relação entre racismo, empatia e moral. Por meio de questionários respondidos individualmente, foram obtidos escores dos participantes nas três variáveis avaliadas. Os dados indicaram uma correlação negativa entre os escores de empatia e adesão ao racismo, de modo que os participantes que se mostraram mais empáticos foram também os que menos apoiaram o racismo. Com relação à moral, houve uma tendência entre os participantes de apoiarem a generosidade em detrimento da justiça, com baixos escores de adesão ao racismo. As crianças da amostra também foram propensas a avaliarem a discriminação racial como algo errado e injusto.

Mizael (2019), por sua vez, avaliou a eficácia de um procedimento para redução de preconceito racial em 13 crianças de 8 a 10 anos de idade que demonstraram atitudes preconceituosas em relação a pessoas negras em duas tarefas prévias. A primeira tarefa envolvia classificar figuras (dentre elas, figuras de pessoas brancas e negras, além de figuras sem sentido e de personagens) como boas ou ruins, em uma escala de cinco pontos. A segunda tarefa consistia em combinar figuras de pessoas negras e figuras de pessoas brancas com estímulos entendidos como positivos ou negativos. Assim, as

crianças que associaram mais as figuras de pessoas negras com estímulos negativos ou classificaram como piores, foram selecionadas para o procedimento de ensino.

Para ensinar as crianças a relacionar faces de pessoas negras com estímulos positivos, foi utilizado um processo amplamente estudado por analistas do comportamento, que é a formação de classe de estímulos equivalentes. A primeira etapa do procedimento foi o de parear figuras de estímulos abstratos com os estímulos positivo e negativo vistos no pré-teste. Sempre que o participante pareava, no computador, os estímulos correspondentes ao acerto, eles recebiam um feedback indicando o acerto, até que aprenderam a relação entre os estímulos de modo que um estímulo abstrato ficava correspondente ao estímulo positivo e o outro estímulo abstrato passou a ter o valor do estímulo negativo.

Na segunda etapa, os participantes tinham que combinar figuras de pessoas negras com o estímulo abstrato que adquiriu valência positiva na tarefa anterior, para que recebesse um feedback de acerto na tela do computador. O estímulo abstrato que foi pareado com um estímulo negativo deveria ser combinado com um terceiro estímulo abstrato nesta etapa. Após aprenderem essa relação, os participantes passavam por uma etapa de teste em que tinham que relacionar a figura da pessoa negra com os estímulos abstratos treinados anteriormente, porém, nesta etapa, eles não recebiam nenhum feedback sobre seu desempenho.

Os resultados demonstraram que 10 participantes, que antes relacionavam as faces negras com símbolos de valor negativo, passaram a relacioná-las com símbolos positivos, ou seja, passaram a ter uma atitude mais positiva em relação às figuras das pessoas negras. Este resultado se manteve no pós-teste realizado após seis semanas, confirmando a eficácia do procedimento em ensinar e manter atitudes positivas direcionadas ao grupo negro.

Embora ainda haja muito a ser feito pela Psicologia brasileira, estudos como os aqui descritos têm oferecidos importantes contribuições para o avanço do conhecimento sobre este tema no país, trazendo dados sobre como o preconceito e a discriminação racial são expressas na sociedade brasileira, bem como e oferecendo reflexões e promovendo ações para reduzir este grande problema. A continuidade dos estudos é fundamental para ampliação do conhecimento adquirido até então, tornando este campo de estudos mais maduro e robusto.

Efeitos da discriminação racial sobre o desenvolvimento infantil

De acordo com Lages et al. (2017), o racismo no Brasil impacta diretamente a saúde da população negra, desde o acesso a serviços, qualidade do atendimento e nas próprias condições de saúde e qualidade de vida das pessoas negras, desde a infância até o envelhecimento. Assim, o racismo vem sendo compreendido na literatura mais recente como um determinante social de saúde ao longo de toda a trajetória de vida de pessoas pertencentes a grupos raciais estigmatizados (Lages et al., 2017; William & Priest, 2015).

Esse dado foi amplamente demonstrado por Williams e Priest (2015) que documentam a situação de desigualdade das populações racialmente estigmatizadas em relação às pessoas de grupos dominantes, no que diz respeito à saúde mental e física, tanto em países com economia mais desenvolvida, como naqueles em emergência, como é o caso do Brasil. De acordo com os autores, os dados têm mostrado que o preconceito implícito, expresso por profissionais de saúde, foi associado à pior qualidade de comunicação no atendimento (Williams & Priest, 2015).

Estudos têm demonstrado de forma consistente que perceber-se como alvo de discriminação têm efeitos negativos sobre a saúde e bem-estar, além de ser um preditor

do engajamento em comportamentos de risco entre crianças e adolescentes de grupos étnico-raciais estigmatizado (Gibbons et al., 2018; Pachter & García Coll, 2009; Priest et al., 2013). Na revisão da literatura de Pachter e García Coll (2009), mais da metade dos estudos selecionados para análise evidenciavam a relação entre se perceber como alvo de discriminação racial e depressão, ansiedade, autoestima e autoconceito em crianças e adolescentes negros. Dos 40 estudos analisados, 19 também apontaram que se perceber como alvo de discriminação foi relacionado com maiores índices de engajamento em problemas de comportamento internalizantes e externalizantes e ao uso de álcool, tabaco e outras substâncias entre adolescentes negros.

Resultados semelhantes foram encontrados por Priest e colaboradores (2013). Dentre os 121 estudos da amostra, foram encontradas 76% de associações positivas entre o relato de percepção de discriminação racial e impactos negativos na condição psicológica; e 51% de associações positivas entre ser discriminado e uso de álcool e drogas por adolescentes negros nos Estados Unidos ou outros países europeus.

A trajetória acadêmica é outra área intensamente afetada pelas experiências de discriminação racial, como tem sido evidenciado em estudos que mostram um pior julgamento dos professores frente aos comportamentos de alunos negros, prejuízo no engajamento escolar, problemas de comportamento e ocorrência maior de sintomas de raiva e depressão ao longo da vida, entre os estudantes negros (Bowman & Howard, 1985; Carvalho, 2004; O'Hara et al., 2012).

Em face de tamanhos prejuízos, ensinar estratégias de enfrentamento à discriminação racial às crianças é essencial, como forma de prevenir os efeitos acima citados. Assim, na mesma direção do argumento de Cruz (2015), para que as crianças possam enfrentar o racismo, elas precisam primeiramente ser capazes de perceber quando ele está ocorrendo. Um conjunto de pesquisas têm investigado como se dá o

desenvolvimento da habilidade de perceber a discriminação entre as crianças, identificando fatores antecedentes que fazem com que algumas pessoas sejam mais hábeis do que outras em perceber comportamentos discriminatórios direcionados a elas mesmas ou a outras pessoas (Brown & Bigler, 2005).

O desenvolvimento da percepção de discriminação racial em crianças

Brown e Bigler (2005) desenvolveram um modelo explicativo sobre como e quando as crianças passam a perceber a discriminação racial direcionadas a elas mesmas ou a outras pessoas. Para isso, elas analisaram estudos realizados até então com crianças brancas e negras em países norte-americanos, para encontrar dados sobre fatores cognitivos, situacionais e individuais subjacentes a essa percepção.

De acordo com Brown e Bigler (2005), o amadurecimento cognitivo e entendimentos culturais adquiridos em função da idade favorecem a detecção por parte das crianças da ocorrência de uma situação de discriminação racial. Assim, o modelo descreve alguns fatores cognitivos envolvidos neste processo, como a cognição cultural, a cognição social, as habilidades de classificação e o raciocínio moral.

A cognição cultural envolve o entendimento de que 1. pessoas podem ser classificadas em categorias com base em características socialmente definidas (e.g., categoria de raça), 2. que existem estereótipos associados a essas categorias, e 3. que o uso desses estereótipos leva a importantes implicações sociais. Brown e Bigler (2005) explicam que o entendimento de que existem diferentes grupos étnico-raciais e a habilidade de identificar a qual desses grupos as pessoas (incluindo a si mesmo) pertencem são importantes para que a criança consiga perceber a discriminação racial. De acordo com as autoras, classificar as pessoas em categorias é uma habilidade cognitiva que surge cedo entre as crianças, por volta dos 3 anos de idade, atingindo um

desenvolvimento completo já aos 10 anos. Sem esta competência, dificilmente uma criança poderá explicar um tratamento discriminatório direcionado a si mesma ou a outros, como algo baseado no pertencimento étnico racial.

Outro fator cognitivo descrito por Brown e Bigler (2005) é a cognição social. As autoras explicam que esta habilidade envolve a compreensão, por parte de um indivíduo, de que as outras pessoas têm pensamentos, intenções e crenças próprios, que podem ser diferentes dos seus, e que estes estados mentais guiam seus comportamentos. Essa habilidade começa a aparecer nos anos pré-escolares. À medida que vão desenvolvendo sua cognição social, as crianças tornam-se capazes de perceber que pensamentos podem ser incongruentes com ações. Já na adolescência, compreendem que a sociedade reflete pensamentos preconceituosos de seus membros (Brown & Bigler, 2005).

Outros fatores descritos são: as habilidades de classificação que envolvem compreender a existência de uma hierarquia imposta às categorias sociais e classificar as pessoas ao longo de mais de uma dimensão simultaneamente (habilidade de classificação múltipla); e o raciocínio moral, um fator que determina o entendimento de que a discriminação viola padrões éticos e morais (princípio da justiça) e que envolve a compreensão de que pessoas podem agir injustamente (6 anos), a habilidade de fazer julgamentos de justiça com base no princípio da equidade (8 - 12 anos) ao invés da igualdade (4 - a 7 anos) e a compreensão de que o sistema social produz inequidades entre os grupos sociais (adolescência). Considerando estes fatores, uma criança de 6 anos já conseguiria identificar discriminação em situações explícitas, mas não em situações mais complexas, que exigem um raciocínio sobre equidade ou o entendimento da discriminação em um nível institucional (Brown & Bigler, 2005).

Um segundo conjunto de fatores são as dicas situacionais, que atuam aumentando ou diminuindo a chance de se perceber a ocorrência de discriminação. Uma das dicas é a disponibilidade de comparação social. Por exemplo, em uma situação em que uma pessoa negra recebe um tratamento aparentemente discriminatório por parte do segurança de um shopping, a presença de uma pessoa branca na situação poderá facilitar o julgamento sobre tal comportamento como sendo discriminatório ou não, com base na comparação entre o tratamento dispensado à pessoa negra e o tratamento direcionado à pessoa branca. Além disso, outra informação que pode influenciar este julgamento é o conhecimento de características da pessoa que aparentemente se comportou de forma discriminatória. No exemplo anterior, se houvesse dados sobre a existência de um histórico de comportamentos discriminatórios por parte do segurança do shopping, provavelmente seu comportamento seria bem explicado pela discriminação racial. Uma terceira dica situacional seria o fato do alvo da discriminação ser o próprio indivíduo ou outra pessoa, de modo que, quando o alvo é o outro, é mais fácil perceber a discriminação, pois perceber-se como alvo pode estar associado a sentimentos negativos. O estudo de Brown (2006) demonstrou que a cor do alvo da discriminação teve efeitos diferentes sobre a percepção de crianças brancas e negras, de modo que quando o alvo era branco, as crianças brancas percebiam mais a discriminação do que quando o alvo era negro.

Algumas habilidades cognitivas, por sua vez, são condição para que as crianças percebam as dicas situacionais. Por exemplo, a presença de membros de grupos com diferentes status em uma situação de tratamento diferencial ao membro de um grupo estigmatizado só será utilizada como uma dica situacional para as crianças que já adquiriram a habilidade de comparação social. Do mesmo modo, saber do histórico de discriminação de um professor poderá não ser entendido como uma dica situacional em

contexto de discriminação em sala de aula, se a criança não adquiriu habilidades de cognição cultural, ou mesmo o entendimento básico de raciocínio moral de que as pessoas podem agir injustamente, inclusive as figuras de autoridade, como os professores (Brown & Bigler, 2005).

Por fim, Brown e Bigler (2005) descrevem que o pertencimento de grupo, o grau de conhecimento sobre a discriminação adquirido ao longo da vida, assim como ter tido uma socialização étnico-racial oferecida pelos pais e uma identidade étnica fortalecida como fatores individuais que aumentam a probabilidade da percepção de discriminação ocorrer. A atitude de grupo também influencia a atribuição de discriminação, de modo que uma criança que tem uma atitude de grupo a favor de estereótipos raciais negativos, muito provavelmente terá menos chance de perceber a discriminação racial. De acordo com as autoras, os fatores individuais podem levar algumas crianças a perceber mais a discriminação do que outras, mesmo em situações com poucas dicas situacionais, desde que as habilidades cognitivas necessárias já estejam presentes em seu repertório.

Uma revisão de literatura recente (Domingos e Souza, submetido) encontrou que no Brasil, ainda não foram conduzidos estudos voltados a investigar como ocorre o desenvolvimento da percepção de discriminação racial entre as crianças, levando em consideração os fatores mencionados por Brown e Bigler (2005). Sabe-se que a forma específica como o racismo se manifesta no Brasil não permite que se faça uma mera importação dos dados com crianças de outros contextos culturais para entender como este fenômeno ocorre com crianças brasileiras. Assim, considerando todos os impactos do racismo sobre o desenvolvimento das crianças e entendendo a capacidade de perceber a discriminação como pré-requisito para o enfrentamento a ela, esta pesquisa pretende investigar como e quando a percepção de discriminação se desenvolve em crianças brasileiras.

Objetivos

O objetivo da presente pesquisa foi investigar o desenvolvimento da percepção de discriminação racial em crianças brasileiras, pretas, pardas e brancas, de 6 a 12 anos de idade. Este estudo replicou parcialmente o estudo de Brown (2006) conduzido com crianças americanas, investigando alguns fatores cognitivos, situacionais e individuais descritos na literatura como facilitadores da percepção de discriminação racial (Brown e Bigler, 2005). As perguntas que nortearam esta investigação foram:

1. Existe um efeito de idade na percepção de discriminação racial de crianças brasileiras?
2. O desenvolvimento inicial da cognição cultural, ou seja, a capacidade de compreender a existência social de diferentes categorias raciais faz com que as crianças sejam mais hábeis em perceber a discriminação racial?

É importante ressaltar que, no presente trabalho, há o reconhecimento de que no Brasil, historicamente, a discriminação racial é direcionada a grupos específicos, principalmente os negros e indígenas. No entanto, assim como em estudos anteriores (Brown, 2006), buscou-se compreender se há diferença na percepção de discriminação entre os participantes brasileiros, de acordo com o pertencimento racial dos mesmos e de acordo com o alvo da discriminação, por meio das seguintes perguntas de pesquisa:

3. Dicas situacionais, como informações sobre as atitudes raciais de quem emite um comportamento discriminatório e a cor da pessoa que foi alvo da discriminação racial, facilitam o reconhecimento pelas crianças de tal comportamento como discriminatório?
4. Será que o pertencimento étnico-racial da criança exerce algum efeito sobre a sua percepção de discriminação racial?

Método

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSCar, por meio do parecer no 3.916.725 (Anexo 1).

Participantes

Participaram do estudo 10 crianças pretas (18,8%), 32 pardas (60,4%) e 10 brancas (18,8%), totalizando 53 participantes. Dentre eles, 26 eram meninos (49,1%) e 27 eram meninas (50,9%). As crianças foram divididas em dois grupos de idade: de 6 a 8 anos ($M_{idade} = 7$ anos e 10 meses; $DP = 9$ meses) e de 9 a 11 anos ($M_{idade} = 7$ anos e 10 meses; $DP = 9$ meses). A tabela 1 sintetiza a distribuição dos participantes por cor, gênero e faixa etária.

O recrutamento foi realizado em uma escola pública de ensino fundamental, localizada em uma cidade do interior do Estado de São Paulo. Somente as crianças que concordaram em participar do estudo, por meio da assinatura do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 1) e que tinham a autorização dos pais, por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 2) foram selecionadas para a pesquisa.

Tabela 1

Composição da amostra por cor, gênero e faixa etária.

| Autodeclaração | Gênero | 6 a 8 anos | 9 a 11 anos | Total (%) |
|-----------------------|---------------|-------------------|--------------------|------------------|
| Branca | Meninos | 4 | 0 | 4 (7,5) |
| | Meninas | 4 ^a | 2 | 6 (11,3) |
| Parda | Meninos | 7 | 8 | 15 (28,3) |
| | Meninas | 8 | 9 | 17 (32,1) |
| Preta | Meninos | 5 ^b | 1 | 6 (11,3) |
| | Meninas | 3 | 1 | 4 (7,5) |
| Não sei | Meninos | 1 ^c | - | 1 (1,9) |
| | Meninas | - | - | 0 (0,0) |
| Total (%) | | 32 (60,4) | 21 (39,6) | 53 (100,0) |

Notas. ^a P18 disse que não sabia sua cor, por isso foi considerada a classificação feita pela pesquisadora (branca). ^b P23 deu uma autodeclaração discrepante (branco), por isso foi realocado conforme percepção da pesquisadora (preto). ^c P31 disse que não sabia sua cor, porém não foi registrado a percepção da pesquisadora.

Local e Materiais

A coleta de dados ocorreu na escola onde os participantes foram recrutados, em uma sala disponibilizada para a realização da pesquisa. Os materiais utilizados foram: um notebook para exibição dos vídeos e das imagens e uma mesa para apoiá-lo; folhas de registro e caneta para anotação das respostas dos participantes; duas cadeiras, uma o participante e outra para a pesquisadora.

Medidas e instrumentos

Tarefa de Categorização Racial: Para avaliar a habilidade das crianças de categorizar corretamente pessoas de diferentes grupos étnico-raciais, foi elaborado uma tarefa que consistiu na apresentação randomizada de 12 imagens de crianças, sendo 4 negras, 4 pardas e 4 brancas. Os participantes deveriam dizer qual a cor da pessoa exibida na figura. Para cada acerto, recebiam 1 ponto e para cada erro, 0 pontos, de modo que o escore total variou de 0 a 12. Além da categorização das figuras, foi perguntado às crianças qual a cor da pesquisadora, recebendo 1 ponto caso respondesse corretamente e 0 em caso de erro.

Autodeclaração Racial: A autodeclaração racial das crianças também foi obtida, por meio de uma pergunta aberta (“Que cor você tem?”) apresentada no final da tarefa de categorização racial. O registro da resposta foi feito pela pesquisadora, marcando um X na cor que criança respondeu, em uma lista que continha as opções “negra”, “parda”, “branca” e “outra”. Quando a criança dava respostas que não correspondiam a essas opções (por exemplo, “minha cor é café com leite”), a pesquisadora reapresentava a pergunta da seguinte forma “café com leite é negro, pardo ou branco?”, e então, registrava a resposta escolhida entre as opções apresentadas. O objetivo deste conjunto de dados foi conduzir análises sobre a forma como as crianças percebem a si mesmas em termos de pertencimento de grupo, além de verificar possíveis correlações entre a percepção de discriminação racial e o pertencimento de grupo. A autodeclaração também foi considerada para separar as crianças da amostra por grupos étnico-raciais para as análises de dados. No entanto, em casos em que a criança se declarasse de forma excessivamente discrepante ao percebido pela pesquisadora, este dado seria registrado, no entanto, para efeitos de análises de dados, seria considerado a classificação racial

percebida pela pesquisadora. O critério para considerar uma autodeclaração excessivamente discrepante foi 1) uma criança de pele branca e traços típicos do grupo racial branco se declarasse como preta ou 2) uma criança de pele preta e traços típicos do grupo racial preto se declarasse como branca. Nos casos em que crianças se declararam como pardas e que houve dúvida por parte da pesquisadora, foi considerado a autodeclaração racial da criança.

Tarefa de Percepção de Discriminação Racial:

Histórias: Para avaliar a percepção de discriminação racial, foi apresentado para cada participante quatro pequenas histórias, em formato de vídeo. O roteiro geral das quatro histórias eram semelhantes. Todas elas envolviam um adulto que deveria fazer uma escolha (escolher um líder de classe, escolher um aluno para representar a escola na feira de ciências, escolher um vencedor do concurso de música e escolher uma criança para completar o time de futebol) entre duas crianças, de modo que tal escolha beneficiaria uma em detrimento da outra. As crianças do vídeo não diferiam entre si quanto a suas habilidades ou desempenho, e esta informação estava explícita na narração do vídeo. A única diferença entre elas era a cor, uma era branca e a outra era negra. O roteiro dos vídeos foi inspirado nas histórias apresentadas por Brown (2006). Os vídeos foram elaborados com base na gravação da tela de um computador, onde eram exibidas as figuras dos personagens da história. A gravação foi feita com o auxílio de um software de gravação de telas. Concomitantemente à gravação, foi feita a narração da história pela própria pesquisadora. Um exemplo do roteiro e das figuras que foram exibidas no vídeo pode ser visto no Apêndice 3.

Manipulação das Dicas Situacionais: Duas dicas situacionais foram manipuladas nas histórias apresentadas às crianças. A primeira delas foi a cor do alvo da

discriminação, variando entre criança negra como alvo (ou seja, um adulto branco sempre escolhia uma criança branca, em detrimento da criança negra) e criança branca como alvo (ou seja, um adulto negro sempre escolhia uma criança negra, em detrimento da criança branca). Em nenhum momento, a cor dos personagens foi mencionada, sendo que esta informação estava disponível apenas visualmente, ao assistir os vídeos. A segunda variável situacional foi a disponibilidade de informações sobre o histórico de escolhas do adulto. No presente estudo, seguindo o modelo de Brown (2006), convencionou-se que as escolhas anteriores do adulto poderiam indicar sua atitude racial, de modo que se ele sempre escolhesse crianças pertencentes ao mesmo grupo étnico-racial que ele, seria um forte indício de uma atitude mais negativa com membros de outros grupos. Manipulando estas duas dicas situacionais, três diferentes versões das histórias foram criadas, estabelecendo assim 3 condições (C1, C2 e C3), nas quais os participantes foram distribuídos, mantendo uma proporção de cada grupo de idade nas três condições.

Na Condição 1, havia um padrão de discriminação racial aparente, ou seja, um adulto sempre escolhia a criança da mesma cor que ele, sendo que em duas histórias, o alvo da discriminação era uma criança negra e nas outras duas histórias, o alvo era uma criança branca. Além disso, havia informações sobre as escolhas passadas do adulto, demonstrando que em oportunidades anteriores, a escolha também foi por uma criança do mesmo grupo étnico-racial do adulto. Na Condição 2, também havia informações sobre o passado do adulto, porém, não havia um padrão de discriminação nas histórias. Assim, por exemplo, um adulto branco escolhia uma criança branca no presente, mas já havia escolhido uma criança negra no passado; já na Condição 3, não havia informações sobre as escolhas passadas do adulto e haviam duas histórias com padrão de discriminação, ou seja, um adulto escolhia uma criança que tinha a mesma cor de pele

que ele; e outras duas histórias sem padrão de discriminação, ou seja, um adulto escolhia uma criança de uma cor diferente da dele.

Ao final de cada vídeo, os participantes deveriam responder uma questão aberta sobre porque o adulto havia escolhido aquela criança. As respostas foram escritas pela pesquisadora na folha de registro da tarefa. Para as histórias que envolviam discriminação racial (C1 e C3), as crianças recebiam 1 ponto quando percebiam a discriminação e 0 pontos quando explicavam a escolha do adulto de outra forma. Para as histórias que não envolviam discriminação racial (C2 e C3), as crianças recebiam 1 ponto quando davam explicações alternativas para a escolha do professor, e 0 pontos quando explicavam a escolha com base na discriminação racial. O escore total nesta tarefa poderia variar de 0 a 4, sendo que 0 indicou baixa acurácia de percepção de discriminação e 4 alta acurácia. As respostas também foram classificadas em categorias de análise para análises qualitativas.

Procedimentos

A coleta de dados foi realizada pela pesquisadora responsável e por uma assistente de pesquisa, sendo suas autodeclarações raciais preta e branca respectivamente. Cada pesquisadora entrevistou separadamente uma parte das crianças da amostra, de forma individual. Assim, a pesquisadora ia até a sala de aula e, com a autorização da professora, convidava uma criança por vez, dentre aquelas que assinaram o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido e que seus pais assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para ir até a sala de coleta.

Na sala de coleta, a pesquisadora agradecia a criança pelo seu interesse em participar do estudo, fazia uma explicação genérica sobre a pesquisa, dizendo que aquele era um estudo sobre as diferenças que existem entre as pessoas e sem mencionar

os termos raça, cor, preconceito, discriminação racial e racismo. Além disso, retomava-se alguns pontos importantes do termo de assentimento, garantindo que a criança entendesse que sua participação era voluntária e que poderia desistir a qualquer momento.

A primeira tarefa realizada foi a de Percepção de discriminação racial, para evitar um possível efeito da exposição a informações sobre categorias raciais. De acordo com a idade da criança, a pesquisadora a inseria em uma das três condições, mantendo a proporção dos grupos de idade em cada condição, e então, iniciava com a apresentação do vídeo das histórias daquela condição. Ao final de cada uma das 4 histórias, a pesquisadora perguntava à criança qual era sua opinião sobre o motivo do adulto ter escolhido aquela criança e não a outra, e então registrava a resposta da criança na folha de registro daquela tarefa, com os dados de identificação do participante.

Em seguida, foi realizado a tarefa de categorização racial, em que eram apresentadas 12 figuras de crianças na tela do computador, e perguntado aos participantes que cor cada criança possuía. Em seguida, perguntava-se ao participante qual a cor da pesquisadora e qual a sua própria cor (autodeclaração). Todas as respostas e dados de identificação de cada participante foram anotadas na folha de registro desta tarefa.

Finalizando as duas tarefas, a pesquisadora fazia uma sessão de esclarecimento com a criança, explicando de forma mais clara o objetivo da pesquisa e verificando se o fato de elas terem visto situações de interação racial, eventualmente negativas, causou algum efeito emocional. Somente uma criança expressou ter sentido tristeza ao ver as histórias em que havia discriminação racial, e neste caso, foi feito um acolhimento em relação às emoções. Para todas as crianças foi apresentado uma explicação de que todas as pessoas são diferentes entre si de alguma forma e que, independentemente de sua cor

ou outras diferenças que possuem, merecem ser tratadas com respeito e carinho e são capazes de serem boas e habilidosas em diferentes atividades. Com as crianças mais novas, utilizou-se um vídeo musical infantil sobre a importância da diversidade, como forma de facilitar a compreensão.

As crianças foram então agradecidas pela sua participação e acompanhadas de volta à sala de aula. O tempo médio de duração do procedimento foi de 15 minutos.

Resultados

Inicialmente, serão apresentados dados descritivos do desempenho dos participantes nas tarefas de Percepção de Discriminação e de Categorização Racial. A tabela 2 apresenta os escores médios, desvios padrão, variação e os resultados dos testes Shapiro-Wilk para verificar se a distribuição dos escores era ou não normal.

Tabela 2

Desempenho dos participantes nas tarefas de Percepção de Discriminação (PD) e de Categorização Racial (DR)

| | | N | Média | Desvio Padrão | Variação | -p valor Shapiro- Wilk |
|-------------------|-------|----|-------|------------------|----------|------------------------------|
| | PD C1 | 14 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | - |
| 6 a 8 anos | PD C2 | 10 | 3,6 | 1,3 | 4,0 | - |
| | PD C3 | 8 | 2,0 | 0,0 | 0,0 | - |

| | | | | | | |
|--------------------|----------|----|------|-----|-----|-------|
| | PD Total | 32 | 1,6 | 1,7 | 4,0 | 0,00 |
| | CR Total | 32 | 9,6 | 2,0 | 8,0 | 0,00 |
| | PD C1 | 7 | 1,3 | 1,5 | 4,0 | - |
| | PD C2 | 7 | 4,0 | 0,0 | 0,0 | - |
| 9 a 11 anos | PD C3 | 7 | 2,4 | 0,5 | 1,0 | - |
| | PD Total | 21 | 2,6 | 1,4 | 4,0 | 0,003 |
| | CR Total | 21 | 10,5 | 1,6 | 6,0 | 0,003 |

Como pode ser visto na Tabela 2, a distribuição dos escores tanto na Tarefa de Percepção de Discriminação Racial como na Tarefa de Categorização Racial não era normal. Como resultado, apenas testes não-paramétricos foram utilizados para a análise dos dados.

Efeitos de gênero e de idade nas tarefas de Categorização Racial e Percepção de Discriminação Racial

Para analisar um possível efeito de gênero no desempenho nas tarefas, foi realizado um teste de Mann-Whitney. O resultado indicou que, entre as crianças de 6 a 8 anos, não houve diferença significativa entre o desempenho dos meninos e das meninas na tarefa de Percepção de Discriminação ($p = 0,882$), assim como no desempenho na Tarefa de Categorização Racial ($p = 0,142$). Da mesma maneira, entre as crianças mais velhas não foi encontrado efeito de gênero nas tarefas de Percepção de Discriminação ($p = 0,086$) e de Categorização Racial ($p = 0,310$). Desta forma, a variável gênero não foi incluída nas análises subsequentes.

Quanto às diferenças de idade, a Tabela 2 mostra que, na tarefa de Categorização Racial, os participantes tiveram um ótimo desempenho,

independentemente da idade ($M_{6 a 8 anos} = 9,6$; $DP = 2,0$ e $M_{9 a 11 anos} = 10,5$; $DP = 1,6$). Um teste Mann-Whitney não revelou uma diferença significativa entre os dois grupos de idade nesta tarefa, $U = 237$, $p > 0,05$. Em relação à tarefa de Percepção de Discriminação, na Condição 1, houve uma diferença significativa no desempenho das crianças de 6 a 8 anos ($M = 0,0$; $DP = 0,0$) em relação às crianças de 9 a 12 anos ($M = 1,3$; $DP = 1,5$), $U = 21$, $p < 0,05$. Nas condições 2 e 3, não foi observado essa diferença, $U = 31,5$, $p > 0,05$ e $U = 16,0$, $p > 0,05$, respectivamente.

Desempenho geral e correlação entre as tarefas de Categorização Racial e Percepção de Discriminação Racial

O escore geral dos participantes na tarefa de Categorização Racial revela altas médias entre as crianças mais velhas e entre as mais novas, como pode ser visto na Tabela 2. No item da tarefa de Categorização Racial que avaliou a habilidade das crianças classificarem corretamente as duas pesquisadoras (preta e branca) por cor, foi verificado por meio do teste de Mann-Whitney, que não houve diferença entre o resultado da classificação da pesquisadora branca e da pesquisadora negra ($U = 243$, $p > 0,05$).

Com relação à tarefa de Percepção de Discriminação, uma análise Wilcoxon de postos sinalizados indicou que o desempenho das crianças identificar a presença da discriminação racial, considerando o escore total (com as condições agrupadas), não foi diferente do esperado pelo acaso, tanto para as crianças mais novas ($p = 0,221$), como para as mais velhas ($p = 101$). Na Condição 3, foi realizado um teste baseado na Teoria de Detecção de Sinais, o D'Primo, para analisar a sensibilidade das crianças em diferenciar corretamente quando a discriminação racial estava presente ou ausente nas histórias (ver Macmillan, 2022 para uma explicação aprofundada sobre a teoria de

detecção de sinais). Inicialmente, foram calculadas as médias de acertos (hit rates) ($M = 0,20$), ou seja, a proporção de vezes em que os participantes identificaram a discriminação racial quando ela estava presente; e as de alarmes falsos ($M = 0,10$), ou seja, a proporção das tentativas em que detectaram a discriminação quando não estava presente. O valor de d' foi de $-0,44$, o que sugere uma sensibilidade baixa para discriminar entre a presença e ausência da discriminação. Mais especificamente, os dados de acertos e de alarmes falsos sugerem que os participantes se saíram melhor nas situações em que não havia discriminação racial e corretamente rejeitavam a existência da mesma. Mas quando ela estava presente, não a detectavam. Em resumo, o viés demonstrado pelas crianças foi o de fracassar em perceber a discriminação racial quando presente.

Assim, de forma geral, os participantes tiveram um bom desempenho em classificar as pessoas de acordo com a cor, mas tiveram pouco sucesso em identificar a ocorrência de discriminação. Um teste de Spearman revelou que o desempenho na tarefa de Categorização Racial não estava significativamente correlacionado com o desempenho na tarefa de Percepção de Discriminação Racial, $r_s = -0,02$, $p > 0,05$.

As respostas das crianças em cada uma das histórias, nas três Condições, foram analisadas e categorizadas em oito categorias de respostas, de acordo com seu conteúdo, sendo elas: 1. Escolha por alunos mais parecidos fisicamente com o professor ("são da mesma cor", "a professora tem cor diferente da criança não escolhida"); 2. Possibilidade da escolha ter sido influenciada pelo preconceito ("pode ser por que cantou melhor ou por causa do preconceito"); 3. Escolha influenciada pela cor: preconceito ("por causa das diferenças de tom de pele, cabelo", "por causa da cor", "porque ela é negra"); 4. Escolha influenciada pela cor: igualdade ("no ano passado havia escolhido uma criança de outra cor"); 5. Escolha influenciada pela cor: evitar racismo ("a professora sofreu

racismo e escolheu a aluna branca porque queria evitar que a aluna negra sofresse racismo caso não se saísse bem"); 6. A escolha foi baseada na melhor ou pior capacidade/desempenho/esforço/comportamento ("a melhor", "o mais inteligente", "melhor nota", "cantou melhor", "mais bagunceiro"); 7. Escolha por aleatoriedade, arbitrariedade ou alternância ("ordem alfabética", "porque a professora quis", "na próxima vez, irá escolher o outro"); 8. Não soube explicar/ sem sentido ("o nome da criança escolhida combina com futebol").

Tabela 3.

Frequência e porcentagem das respostas, por categoria.

| Categoria | Frequência | % |
|------------------|-------------------|----------|
| 1 | 6 | 2,8 |
| 2 | 6 | 2,8 |
| 3 | 5 | 2,4 |
| 4 | 2 | 0,9 |
| 5 | 3 | 1,4 |
| 6 | 172 | 81,1 |
| 7 | 14 | 6,6 |
| 8 | 4 | 1,9 |
| Total | 212 | 100 |

Como pode ser observado, a resposta mais frequente ($n = 53$) para justificar a escolha do personagem adulto por uma criança e não pela outra foi a de que tal escolha foi baseada nas habilidades, esforços, desempenho ou comportamento dos personagens.

As categorias de 1 a 5 dizem respeito a respostas que envolviam o aspecto racial, totalizando 10,4% das respostas.

Efeitos das variáveis situacionais sobre a Percepção de Discriminação Racial

Para testar se as crianças levam em consideração informações sobre o histórico da pessoa avaliada, quando precisam julgar sobre a ocorrência ou não de discriminação racial, foi conduzido um teste de Mann-Whitney que indicou que não houve diferença significativa no desempenho das crianças nas histórias com discriminação racial quando o histórico de escolhas estava presente em comparação ao desempenho das mesmas nas histórias sem informações sobre o histórico de escolhas, $U = 142,5; p > 0,05$.

Igualmente, comparando-se os escores nas histórias em que a discriminação racial não estava presente e que tinham informações sobre o histórico de escolhas (C2), com os escores nas histórias em que a discriminação estava ausente e não havia dados sobre o passado de escolhas (C3, histórias 2 e 3), não foi encontrado diferença significativa, $U = 111, p > 0,05$.

Para analisar se o desempenho das crianças foi diferente quando o alvo da discriminação era um personagem negro ou quando era um personagem branco, comparou-se o desempenho nas histórias das Condição 1 em que o alvo era negro (Histórias 1 e 3) com o desempenho nas histórias desta mesma condição em que o alvo era branco (Histórias 2 e 4), por meio do teste de Wilcoxon. Não foi encontrada diferença significativa entre o desempenho dos participantes nas Histórias 1 e 2, $z = -1,00, p > 0,05$, e entre as Histórias 3 e 4, $z = 0,00, p > 0,05$.

Efeitos do pertencimento de grupo sobre a Percepção de Discriminação Racial

A variável individual investigada no presente estudo foi o pertencimento de grupo, obtido por meio da autodeclaração dos participantes. Com esta análise, pretendeu-se avaliar se o desempenho das crianças na tarefa de Percepção de Discriminação foi diferente entre os grupos étnico-raciais. Para este teste, os dados de autodeclaração de três crianças não foram considerados, pois duas afirmaram não saber sua cor (P18 e P31) e a outra deu uma autodeclaração muito discrepante da cor percebida pela pesquisadora (P23). Além disso, foram considerados apenas os escores das crianças brancas ($n = 9$) e pretas ($n = 9$), pois a amostra de crianças pardas ($n = 32$) foi muito maior do que desses dois grupos.

O resultado do teste Mann-Whitney indicou que não houve diferença significativa entre as crianças brancas ($n = 9$) e as pretas ($n = 9$) no desempenho geral nas tarefas de Percepção de Discriminação, $U = 32,5$, $p > 0,05$. Adicionalmente, foi analisado se houve diferença entre esses dois grupos raciais na tarefa de Categorização Racial, não sendo encontrado diferença significativa, $U = 28,5$, $p > 0,05$.

Discussão

A presente pesquisa teve como objetivo investigar o desenvolvimento da percepção de discriminação racial em uma amostra de crianças brasileiras de 6 a 12 anos, analisando possíveis efeitos de aspectos cognitivos, situacionais e individuais neste processo.

Conforme o modelo de Brown e Bigler (2005), aos 10 anos de idade, já é esperado que as crianças consigam perceber a ocorrência de discriminação racial com consistência e com uma precisão muito próxima ao desempenho de adultos, mobilizando habilidades cognitivas e dicas do ambiente ao avaliar se uma determinada situação foi discriminatória ou não. No presente estudo, entretanto, o desempenho dos

participantes em uma tarefa que avaliava a habilidade de identificar discriminação racial quando ela estava presente, mesmo entre as crianças mais velhas, foi muito baixo.

Apenas 10,4% das respostas obtidas foram relacionadas de alguma forma à percepção de discriminação racial. O estudo de Brown (2006) também encontrou uma baixa porcentagem de respostas de atribuição de discriminação (9,6%), sendo que a 57,1% das respostas das crianças envolviam uma explicação de que o tratamento diferente recebido pelo personagem da história estava relacionado à qualidade do trabalho realizado. Estes dados podem sugerir que, apesar de as crianças começarem a perceber a discriminação racial por volta dos 10 anos, elas ainda não o fazem de forma consistente.

No presente trabalho, procurou-se investigar se, entre as crianças brasileiras, existiria um efeito de idade na percepção de discriminação racial. Os dados mostraram que, apesar das crianças terem identificado pouco a discriminação racial, as crianças mais velhas tiveram um desempenho melhor do que as mais novas em identificar quando a discriminação racial estava presente (Condição 1), o que é consistente com dados encontrados em estudos anteriores. Por exemplo, Bigler, Arthur, Hughes e Patterson (2008), por exemplo, investigaram, por meio de entrevistas, qual a explicação dada por crianças brancas, negras e latinas, de 5 a 10 anos, sobre a histórica falta de pessoas negras, latinas e mulheres na presidência dos Estados Unidos. As autoras encontraram que as crianças mais velhas apresentavam mais frequentemente explicações baseadas na discriminação do que as crianças mais novas.

Já os dados de Brown (2006) sugerem que, mais do que a idade, a percepção de discriminação foi influenciada pelo desenvolvimento da teoria da mente das crianças, ou seja, a cognição social. Neste estudo, realizado com crianças de 6 a 11 anos, tanto os participantes que tinham uma cognição social mais avançada, como aqueles que tinham

uma cognição social menos desenvolvida foram melhores em perceber a discriminação racial em histórias, em contraposição aos participantes que demonstraram uma cognição social mediana. A autora explica que, apesar do desempenho das crianças mais novas e das mais velhas ter sido bom em identificar a discriminação, provavelmente as motivações para as respostas foi diferente entre os dois grupos.

Assim, as crianças mais novas, que ainda não tem um entendimento bem estabelecido sobre a cognição dos outros, podem ter respondido à tarefa de percepção de discriminação racial baseadas em aspectos externos observados nas histórias (e.g., a cor dos personagens), enquanto as crianças mais velhas possivelmente fizeram as atribuições de discriminação levando em consideração tanto os aspectos externos como aspectos internos (e.g., possíveis intenções e crenças discriminatórias por trás das ações das pessoas). Já as crianças localizadas no meio do espectro do desenvolvimento sócio-cognitivo demonstraram basear suas respostas em atributos como o esforço e habilidades das pessoas ao explicar a escolha por uma pessoa em detrimento de outra (Brown, 2006).

Outro foco de investigação deste estudo foi em relação ao efeito da cognição cultural, ou seja, a capacidade de compreender a existência social de diferentes categorias raciais, sobre a capacidade de perceber a discriminação racial. Observou-se que os participantes foram muito bem em categorizar as pessoas em diferentes grupos de cor, tanto nas figuras como em relação às pesquisadoras. Como descrito por Brown e Bigler (2005), por volta dos 6 anos de idade, as crianças já são capazes de classificar a si mesmas e aos outros entre as diferentes categorias raciais, o que pode explicar o bom desempenho nesta tarefa. Porém, no presente estudo, não foi encontrado uma correlação entre o desempenho na Categorização Racial e o desempenho em perceber a discriminação racial nas histórias.

O próprio modelo de Brown e Bigler (2005) pode fornecer uma explicação para isso, pois as autoras argumentam que, além da capacidade de categorizar os grupos, a cognição cultural também envolve reconhecer a existência de estereótipos associados a estas categorias e que estes estereótipos levam a consequências sociais para os diferentes grupos raciais. Segundo as autoras, uma compreensão sobre os estereótipos associados às categorias raciais aumenta a probabilidade de as crianças identificarem a discriminação. Brown e Bigler (2005) apontam evidências de que, por volta dos 6 anos, as crianças já apresentam uma compreensão das implicações sociais dos estereótipos e esta compreensão vai aumentando de acordo com a idade. Assim, investigações futuras podem obter uma medida do conhecimento sobre estereótipos, a fim de verificar se a falta de correlação entre a categorização racial e a percepção de discriminação racial pode ser explicada por uma eventual dificuldade das crianças em compreender a existência e implicações dos estereótipos.

Com base nos dados analisados, pode-se concluir também que conhecer o histórico de comportamentos discriminatórios do professor, bem como a cor do alvo da discriminação não foram variáveis que controlaram suas respostas na tarefa de percepção de discriminação. Este resultado foi na direção oposta dos dados encontrados por Brown (2006) que demonstraram que, entre as crianças estadunidenses, houve um efeito significativo em perceber a discriminação quando o alvo da discriminação era uma criança latina e quando as informações sobre as escolhas passadas indicavam a escolha por uma criança branca.

Com relação ao pertencimento racial, as análises conduzidas demonstraram que pertencer a um grupo étnico racial estigmatizado não foi associado à probabilidade de perceber a discriminação racial, resultado este que é inconsistente com o modelo proposto por Brown e Bigler (2005). Porém, este resultado foi consistente

com estudos posteriores que também não encontraram efeito do pertencimento racial sobre a percepção de discriminação (Brown, 2006; Bigler et al. 2008; Elenbaas & Killen, 2017). Elenbaas e Killen (2017), por exemplo, argumentam que é possível que somente o pertencimento de grupo em si não seja suficiente para determinar a percepção de discriminação, mas sim o contato com experiências de discriminação racial por pertencer a um grupo étnico-racial socialmente estigmatizado. Estudos futuros podem considerar outras medidas de pertencimento racial, além da autodeclaração, ou mesmo investigar quais são os critérios que as crianças usam quando se classificam como negras, pardas ou brancas. Espera-se que a obtenção de dados mais precisos quanto ao pertencimento racial possa contribuir para uma melhor compreensão da relação deste constructo com a percepção de discriminação racial.

Importante destacar que além do pertencimento de grupo, Brown e Bigler (2005) também listam outros fatores individuais que podem influenciar a habilidade de perceber a ocorrência de discriminação, sendo eles: o conhecimento sobre a discriminação, a atitude de grupo e a identidade de grupo. Assim, estudos futuros com amostras brasileiras devem levar em consideração estes outros fatores, além da própria experiência das crianças com a discriminação racial, para uma melhor compreensão das variáveis individuais que influenciam o desenvolvimento de uma percepção de discriminação racial.

Apesar de ainda serem dados iniciais, foi possível verificar a dificuldade das crianças da presente amostra em perceber a discriminação racial quando ela ocorre, em uma idade em que já é esperado que elas tenham esta habilidade (Brown & Bigler, 2005). Apesar disso, elas foram capazes de classificar as pessoas em diferentes grupos com altos níveis de acerto, o que sugere que elas percebem que existem diferenças entre

as pessoas no que diz respeito ao pertencimento racial, mas estão menos sensíveis a reconhecer uma determinada situação de violência racial como tal.

Este padrão de resultados sugere que elas podem estar vulneráveis nessas situações, sem ferramentas para identificar e se engajar no enfrentamento à discriminação racial. Além disso, a partir dos 5 anos, as crianças já expressam o preconceito em suas relações, de forma explícita ou mais sutil conforme vão adquirindo o entendimento de normas que tornam alguns comportamentos socialmente indesejáveis (Cruz, 2015; França e Monteiro, 2004). Sendo assim, se as crianças percebem as diferenças étnico-raciais entre as pessoas e se elas reproduzem os modelos de discriminação a que são expostas desde cedo, é necessário que elas sejam ensinadas a reconhecer quando uma situação de discriminação ocorre e o quão prejudicial isso pode ser. Este dado sugere a importância da implementação de políticas de combate ao racismo, como a Lei 10.639 de 2003, que instituiu a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas brasileiras.

Nesta direção, Hughes, Bigler e Levy (2007) conduziram uma pesquisa que investigou as consequências de ensinar a temática racial para crianças brancas (estudo 1) e negras (estudo 2) de 6 a 11 anos. Nos dois estudos, o procedimento consistiu em apresentar lições sobre racismo durante seis dias às crianças e avaliar, por meio de um questionário administrado após o término das lições, as atitudes raciais das crianças, além de possíveis respostas afetivas e cognitivas.

Os resultados do estudo 1 revelaram que, para as crianças brancas, foi benéfico aprender sobre racismo porque elas adquiriram atitudes raciais mais positivas em relação às pessoas negras. Além disso, as análises indicaram uma possível associação entre as respostas afetivas e cognitivas com a atitude racial. No estudo 2, também foi observado melhora na atitude racial em relação aos negros e altos níveis de satisfação

com a lição. Assim, para ambos os grupos de crianças, brancas e negras, aprender sobre racismo teve efeitos positivos, indicando a relevância da implementação de intervenções deste tipo com as crianças.

Os estudos e aplicação de intervenções para redução do preconceito constituem uma importante ferramenta no combate ao racismo entre as crianças, podendo ser voltadas para o ensino de alguns aspectos indicados na literatura como relevantes na percepção de discriminação, como a cognição social, o conhecimento sobre os estereótipos raciais, a sensibilidade à aspectos ambientais envolvidos nas situações de discriminação e o fortalecimento de fatores individuais, como a identidade étnico-racial e a promoção de atitudes raciais positivas (Brown & Bigler, 2006; Brown, 2006; Hughes et al., 2007).

Este estudo pretendeu oferecer uma contribuição na ampliação dos estudos da psicologia brasileira sobre a discriminação racial entre a população infantil. A pesquisa apresenta dados inéditos sobre como ocorre a percepção de discriminação entre crianças brasileiras, sendo que a continuidade das investigações sobre este fenômeno é de extrema importância para a obtenção de um conjunto mais robusto de evidências que auxiliem na compreensão do desenvolvimento da percepção de discriminação racial no Brasil, bem como da influência dos fatores cognitivos, situacionais e individuais neste processo, além dos dados serem úteis para subsidiar intervenções que visem reduzir a discriminação racial na infância.

Referências

- Bezerra, D. S., Santos, F. O. P. dos, & Fernandes, S. C. S. (2018). Relações entre julgamento moral, racismo e empatia em crianças. *Cadernos de Pesquisa*, 48(170), 1130–1147. <https://doi.org/10.1590/10.1590/198053145156>
- Bigler, R. S., Arthur, A. E., Hughes, J. M., & Patterson, M. M. (2008). The politics of race and gender: Children's perceptions of discrimination and the U.S. presidency. *Analyses of Social Issues and Public Policy*, 8(1), 83–112. <https://doi.org/10.1111/j.1530-2415.2008.00161.x>
- Bowman, P. J., & Howard, C. (1985). Race-related Socialization, Motivation, and Academic Achievement: A Study of Black Youths in Three-Generation Families. *Journal of the American Academy of Child Psychiatry*, 24(2), 134–141. [https://doi.org/10.1016/S0002-7138\(09\)60438-6](https://doi.org/10.1016/S0002-7138(09)60438-6)
- Brown, C., & Bigler, R. S. (2005). Children's Perceptions of Discrimination: A Developmental Model. *Developmental Psychology*, 76(3), 533–553. <http://www.jstor.org/stable/3696450>
- Brown, C. S. (2006). Bias at school: Perceptions of racial/ethnic discrimination among Latino and European American children. *Cognitive Development*, 21(4), 401–419. <https://doi.org/10.1016/j.cogdev.2006.06.006>
- Brown, C. S. (2017). *Discrimination in Childhood and Adolescence*. New York: Routledge.
- Carvalho, M. P. de. (2004). O fracasso escolar de meninos e meninas: articulações entre gênero e cor/raça. *Cadernos Pagu*, 22, 247–290. <https://doi.org/10.1590/s0104-83332004000100010>
- Cruz, A. C. J. (2016). O debate contemporâneo do antirracismo_ implicações teóricas e políticas para a educação. *Rev.Educ.PUC-Camp.*, 21(3), 335–349.
- Cruz, S. H. V. (2015). A percepção sobre a discriminação étnico-racial entre crianças do

- Brasil, Colômbia e Peru. *Revista Eletrônica de Educação*, 9(2), 249–276.
<https://doi.org/10.14244/198271991161>
- Dovidio, J. F., Hewstone, M., Glick, P., & Esses, V. M. (2010). Discrimination : Theoretical and Empirical Overview. In & V. M. E. (Eds. . J.F. Dovidio, M. Hewstone, P. Glick (Ed.), *The SAGE Handbook of Prejudice, Stereotyping and Discrimination*. SAGE Publications.
- Elenbaas, L., & Killen, M. (2017). Children’s perceptions of social resource inequality. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 48, 49–58.
<https://doi.org/10.1016/j.appdev.2016.11.006>
- França, D. X. de, & Monteiro, M. B. (2004). A expressão das formas indirectas de racismo na infância. *Análise Psicológica*, 4(22), 705–720.
<http://publicacoes.ispa.pt/index.php/ap/article/view/270>
- Gibbons, F. X., Fleischli, M. E., Gerrard, M., & Simons, R. L. (2018). Reports of perceived racial discrimination among African American children predict negative affect and smoking behavior in adulthood: A sensitive period hypothesis. *Development and Psychopathology*, 30(5), 1629–1647.
<https://doi.org/10.1017/S0954579418001244>
- Gomes, N. (2005). Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *Educação Anti-Racista: Caminhos Abertos Pela Lei Federal Nº 10.639/03.*, 39–62.
- Hughes, J. M., Bigler, R. S., & Levy, S. R. (2007). Consequences of learning about historical racism among european american and african american children. *Child Development*, 78(6), 1689–1705. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.2007.01096.x>
- IBGE. (2019). Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. In *Estudos e Pesquisas. Informações Demográficas e Socioeconômicas* (Vol. 41, pp. 1–12).

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html%0AEstudos>

- Lages, S. R. C., Silva, A. M. da, Silva, D. P. da, Damas, J. M., & Jesus, M. A. de. (2017). O preconceito racial como determinante social da saúde - a invisibilidade da anemia falciforme TT - Racial prejudice as determining social health - the invisibility of sickle cell anemia. *Gerais (Univ. Fed. Juiz Fora, 10(1), [109-122]*. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v10n1/11.pdf%0Ahttp://fi-admin.bvsalud.org/document/view/yvjqe>
- Macmillan, N. A (2002). Signal Detection Theory. In Pashler, H. (Ed.), *Stevens' handbook of experimental psychology*. John Wiley & Sons, Inc.
- Martins, E., dos Santos, A. de O., Colosso, M. (2013). Relações étnico-raciais e psicologia: publicações em periódicos da SciELO e Lilacs. *Psicologia : Teoria e Prática, 15(3), 118–133*.
- Mizael, T. M. (2019). *Redução do preconceito racial: uma investigação analítico-comportamental*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP.
- Munanga, K. (2003). Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ*. <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>
- O'Hara, R. E., Gibbons, F. X., Weng, C. Y., Gerrard, M., & Simons, R. L. (2012). Perceived racial discrimination as a barrier to college enrollment for African Americans. *Personality and Social Psychology Bulletin, 38(1), 77–89*. <https://doi.org/10.1177/0146167211420732>
- Pachter, L. M., & García Coll, C. (2009). Racism and child health: A review of the

- literature and future directions. *Journal of Developmental and Behavioral Pediatrics*, 30(3), 255–263. <https://doi.org/10.1097/DBP.0b013e3181a7ed5a>
- Priest, N., Paradies, Y., Trenerry, B., Truong, M., Karlsen, S., & Kelly, Y. (2013). A systematic review of studies examining the relationship between reported racism and health and wellbeing for children and young people. *Social Science and Medicine*, 95, 115–127. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2012.11.031>
- Sacco, A. M., De Paula Couto, M. C. P., & Koller, S. H. (2016). Revisão Sistemática de Estudos da Psicologia Brasileira sobre Preconceito Racial. *Temas Em Psicologia*, 24(1), 233–250. <https://doi.org/10.9788/TP2016.1-16>
- Schucman, L. V. (2010). Racismo e Antirracismo: A categoria raça em questão. *Psicología Política*, 10(19), 41–55.
- Williams, D. R., & Priest, N. (2015). Racism and health: A growing body of international evidence. *Sociologias*, 17(40), 124–174. <https://doi.org/10.1590/15174522-017004004>

Anexo 1

Parecer Aprovado CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Antecedentes da percepção de discriminação racial em crianças brasileiras

Pesquisador: JULIANA ALMEIDA ROCHA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 28266820.8.0000.5504

Instituição Proponente: CECH - Centro de Educação e Ciências Humanas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.916.725

Apresentação do Projeto:

O projeto está bem organizado, bem escrito e desenvolvido a partir de argumentos bem colocados. Apresenta contextualização teórica bem articulada do objeto de pesquisa, delinea os objetivos de maneira clara, expõe a metodologia de forma rigorosa, assim como indica a bibliografia empregada. Segue abaixo o resumo do projeto:

“Combater a discriminação racial envolve a capacidade de perceber quando ela ocorre. Estudos realizados com crianças norte americanas têm demonstrado que fatores cognitivos, individuais e situacionais fazem com que algumas crianças sejam mais hábeis do que outras em reconhecer a discriminação racial direcionada a elas ou a terceiros. Considerando a maneira encoberta como o racismo opera no Brasil e a escassez de estudos sobre o tema na psicologia brasileira, a presente pesquisa tem o objetivo de investigar como ocorre a percepção de discriminação racial de crianças de 6 a 11 anos, com foco nos fatores antecedentes desta percepção. Participarão deste estudo 60 crianças brancas e negras. Seguindo o procedimento utilizado em um estudo prévio realizado nos E.U.A., serão apresentadas quatro pequenas histórias nas quais uma criança negra recebe um tratamento diferencial em relação a uma criança branca, sem justificativa aparente. Ao final de cada história, os participantes deverão fornecer uma explicação para aquele tratamento. Outras três histórias controle, em que não ocorre a discriminação, serão apresentadas. Uma tarefa de teoria da mente será aplicada para verificar se existe diferença na percepção de discriminação de crianças com esta habilidade mais ou menos desenvolvida. A influência de dicas situacionais e

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

UF: SP

Município: SAO CARLOS

CEP: 13.565-905

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 3.916.725

características individuais também serão analisadas. Espera-se que este estudo contribua com a ampliação do entendimento sobre a percepção de discriminação racial no Brasil e forneça dados que possam subsidiar intervenções futuras para combater a ocorrência e os efeitos da discriminação racial”.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo está delimitado de maneira clara e em consonância à problemática levantada pela pesquisa. No projeto, consta a seguinte descrição do objetivo:

“O objetivo do presente estudo é investigar o desenvolvimento da percepção de discriminação racial em crianças brasileiras de 6 a 11 anos, explorando possíveis antecedentes cognitivos, situacionais e individuais neste processo. Pretende-se responder às seguintes perguntas: 1. Como o desenvolvimento sociocognitivo influencia a percepção de discriminação racial em crianças brasileiras? 2. As crianças brasileiras se atentam para dicas situacionais ao fazerem uma atribuição de discriminação? 3. O pertencimento de grupo tem influência sobre a percepção de discriminação no contexto brasileiro?”.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos previstos foram: cansaço, inibição, tédio. Não foram descritas medidas de cautela; contudo, foram apresentadas as seguintes providências a serem eventualmente mobilizadas: interrupção do procedimento ou encaminhamento para profissional competente. Não foram descritos benefícios diretos, mas os indiretos incluem, dentre outros e nas palavras da autora, a “ampliação do entendimento sobre a percepção de discriminação racial no Brasil”.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto possui elevada relevância social e acadêmica, na medida em que visa detectar em que período do desenvolvimento surge, nas crianças, a consciência de discriminação racial, correlacionando esta habilidade ao desenvolvimento da teoria da mente. Ressalta-se sua originalidade e urgência no contexto brasileiro.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos estão bem estruturados e o conteúdo está bem adaptado ao público-alvo.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

As pendências foram sanadas. Destarte, recomendo aprovação do presente projeto junto a este Comitê.

Considerações Finais a critério do CEP:

| | |
|---|-------------------------------------|
| Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235 | CEP: 13.565-905 |
| Bairro: JARDIM GUANABARA | |
| UF: SP | Município: SAO CARLOS |
| Telefone: (16)3351-9685 | E-mail: cephumanos@ufscar.br |



Continuação do Parecer: 3.916.725

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|---|---|------------------------|-----------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1469978.pdf | 21/02/2020 20:54:11 | | Aceito |
| Outros | AutorizaçãodaDRE.pdf | 21/02/2020 20:53:18 | JULIANA ALMEIDA ROCHA | Aceito |
| Parecer Anterior | PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_3812733.pdf | 21/02/2020 20:52:23 | JULIANA ALMEIDA ROCHA | Aceito |
| Outros | CartadeEsclarecimento.pdf | 21/02/2020 20:50:55 | JULIANA ALMEIDA ROCHA | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TALEv2.pdf | 21/02/2020 20:50:29 | JULIANA ALMEIDA ROCHA | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLEv2.pdf | 21/02/2020 20:50:07 | JULIANA ALMEIDA ROCHA | Aceito |
| Folha de Rosto | FolhadeRosto.pdf | 21/02/2020 20:43:24 | JULIANA ALMEIDA ROCHA | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | Projeto.pdf | 21/01/2020 16:57:06 | JULIANA ALMEIDA ROCHA | Aceito |

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO CARLOS, 14 de Março de 2020

Assinado por:
ADRIANA SANCHES GARCIA DE ARAUJO
 (Coordenador(a))

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235
Bairro: JARDIM GUANABARA **CEP:** 13.565-905
UF: SP **Município:** SAO CARLOS
Telefone: (16)3351-9685 **E-mail:** cephumanos@ufscar.br

Apêndice 1

Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE)



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Rodovia Washington Luís, Km 235 · (55) 16 33518455 · São Carlos, SP · Brasil · 13.565-905

Carta às crianças

Oi, meu nome é Juliana!

Eu estudo Psicologia na Universidade Federal de São Carlos e gosto muito de pesquisar sobre como as crianças percebem as diferenças entre as pessoas. Você quer participar do meu estudo? Se você quiser, eu vou pedir para sua professora para a gente conversar, em outra sala, quando ela disser que você pode. Eu vou te contar algumas histórias, e também farei algumas perguntas. As histórias e perguntas não são difíceis, e se você não entender qualquer coisa ou tiver alguma pergunta, é só dizer.

Você não é obrigado(a) a participar, mas outras crianças já participaram de pesquisas como a minha e gostaram muito. Se você aceitar participar do estudo agora, mas mudar de ideia depois, você poderá desistir a qualquer momento e isso não será um problema. Durante a pesquisa, você pode se sentir cansado, entediado ou desconfortável, mas se isso acontecer e se você quiser parar a brincadeira, tudo bem! É só me dizer que eu te levo de volta para a sala na hora.

Nós vamos filmar a conversa para que, mais tarde, eu possa ver novamente as suas respostas e comparar com as respostas das outras crianças. Mas as únicas pessoas que vão ver as filmagens e também saber sobre o que você me disser, serão: a minha professora, alguns colegas do meu grupo de pesquisa e eu. Não vou mostrar nem contar para mais ninguém, mesmo depois que terminar o estudo.

Para que você participe desta pesquisa, seus pais ou responsáveis não terão que gastar nenhum dinheiro e, também, vocês não receberão dinheiro ou outras coisas em troca. Se houver algum gasto inesperado, devolveremos em dinheiro para vocês o valor gasto. Mas sua ajuda será muito importante para entendermos melhor como as crianças enxergam o mundo ao seu redor. Ao final deste estudo, se você tiver interesse em saber mais sobre os resultados, eu te explico como foi.

Esta pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar. O CEP é responsável pelas regras que os pesquisadores devem seguir para que tudo corra bem. Contato: (16) 3351-8110 ou cephumanos@ufscar.br - Rod. Washington Luiz, Km. 235, CEP 13.565-905 - São Carlos – SP.

Por favor, marque com o x as opções que você deseja e depois, assine seu nome. Você vai ficar com um papel deste, com sua assinatura, e eu vou guardar outro comigo, assinado também, e sempre que você precisar, poderá pedir para ver o papel que vou guardar.



Eu **QUERO** participar da pesquisa.

Você **PODE** filmar nossa sessão.



Eu **NÃO QUERO** participar da pesquisa

Você **NÃO PODE** filmar nossa sessão.

Assinatura

Muito obrigada!

Juliana

Pesquisadora : Juliana Almeida Rocha | rocha.jualmeida@gmail.com | (16) 99411-5941

Orientadora: Debora de Hollanda Souza | debhollanda@gmail.com | (16) 3351-8475

Apêndice 2

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

1. Seu (sua) filho (a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa *Antecedentes da percepção de discriminação racial em crianças brasileiras*.
2. Seu (sua) filho (a) foi selecionado (a) como possível participante neste estudo porque ele (ela) tem entre 6 e 11 anos de idade, faixa etária de interesse para este estudo. A participação de seu (sua) filho (a) não é obrigatória.
3. A qualquer momento, você e seu (sua) filho (a) podem desistir de participar e retirar seu consentimento.
4. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora, com a escola de seu (sua) filho (a), ou com a Universidade Federal de São Carlos.
5. Esta pesquisa tem o objetivo de investigar como ocorre a percepção de discriminação racial em crianças brasileiras, mais especificamente, investigar se há diferença entre crianças mais velhas e mais novas, e entre crianças brancas e negras no que diz respeito à percepção de uma situação de discriminação racial.
6. A participação do seu (sua) filho (a) nessa pesquisa consistirá na realização de algumas tarefas que envolvem o uso de imagens e a narração de algumas histórias. Em uma tarefa, o participante deverá identificar emoções e intenções de um personagem de uma história; em outra, a criança precisa identificar a emoção de uma pessoa em uma fotografia. Na tarefa de percepção de discriminação racial, a criança ouve algumas histórias e a pesquisadora faz perguntas sobre o comportamentos dos personagens. As tarefas serão feitas na própria escola de seu (sua) filho (a).
8. Os riscos previstos para a participação do(da) seu(sua) filho(a) são mínimos e incluem: cansaço, inibição para participar do estudo ou sentir-se entediado. Se a pesquisa ocasionar qualquer um desses incômodos, o procedimento será interrompido. Caso ocorra qualquer problema imprevisto, a pesquisadora entrará em contato com um profissional competente para melhor encaminhamento. A pesquisadora estará presente durante todo o procedimento de coleta de dados.
9. Não há nenhum benefício direto para você e seu (sua) filho (a), mas os pais de crianças que fizeram parte de outras pesquisas relatam que a participação representa uma oportunidade de contribuir para a pesquisa sobre desenvolvimento infantil e os ajuda a aprender mais sobre seus filhos.
10. A sessão com seu (sua) filho (a) será filmada para que as pesquisadoras envolvidas no projeto possam mais tarde rever a sessão e registrar devidamente as respostas de cada criança. Os seus dados e os dados sobre seu (sua) filho (a) são confidenciais e serão mantidos em sigilo pelos responsáveis por este projeto, podendo ser disponibilizados a você caso seja do seu interesse.
11. O nome verdadeiro dos participantes não será divulgado pelas pesquisadoras, garantindo, assim, o anonimato dos mesmos.
12. Você não terá despesas ou gastos de qualquer natureza com a participação de seu (sua) filho (a) na pesquisa, bem como não receberá valores ou outros itens pela participação. Se houver algum gasto não previsto, faremos o ressarcimento em dinheiro do valor despendido.
13. Ao final da pesquisa, você poderá ter acesso aos resultados encontrados neste estudo.
14. Você receberá uma via deste termo onde consta o telefone e o endereço da pesquisadora responsável pelo projeto, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Débora de Hollanda Souza

Prof. Débora de Hollanda Souza
debhsouza@ufscar.br
(16) 33518483 ou (16) 33518455

Juliana Almeida Rocha
rocha.jualmeida@gmail.com
(16) 9 99411-5941

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da participação de meu (minha) filho (a) na pesquisa e concordo que ele (a) participe. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP – Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: cephumanos@ufscar.br.

São Carlos, ____ de _____, 2020.

Assinatura do pai/mãe ou responsável

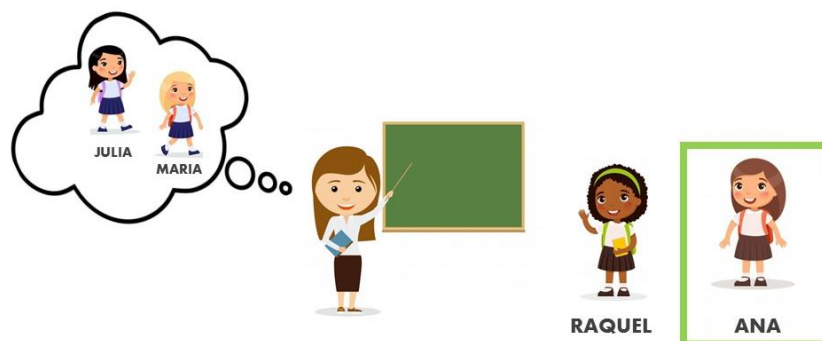
Apêndice 3

Exemplo de roteiro e figuras utilizados nos vídeos

Condição 1 – com histórico e com discriminação

HISTÓRIA 1

A professora Paula decidiu escolher um ajudante de sala. Ela queria alguém que fosse responsável, bom estudante e bom líder. Apesar de vários alunos terem estas características, Raquel e Ana se destacaram. Elas duas tinham nota 10 e ambas eram muito responsáveis. Mas, como apenas uma poderia ser a ajudante, a Professora Paula teve que escolher entre elas, então ela escolheu Ana. No ano passado, a escolhida foi a Julia e no ano retrasado a escolhida foi a Maria.

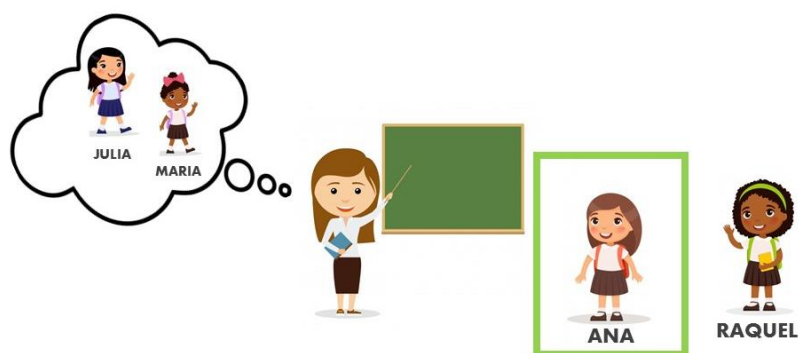


Porque a professora escolheu Ana e não Raquel?

Condição 2 - com histórico e sem discriminação

HISTÓRIA 1

A professora Paula decidiu escolher um ajudante de sala. Ela queria alguém que fosse responsável, bom estudante e bom líder. Apesar de vários alunos terem estas características, Raquel e Ana se destacaram. Elas duas tinham nota 10 e ambas eram muito responsáveis. Mas, como apenas uma poderia ser a ajudante, a Professora Paula teve que escolher entre elas, então ela escolheu Ana. No ano passado, a escolhida foi a Julia e no ano retrasado a escolhida foi a Maria.



Porque a professora escolheu Ana e não Raquel?

Condição 3 - sem histórico, com e sem discriminação

HISTÓRIA 1

A professora Paula decidiu escolher um ajudante de sala. Ela queria alguém que fosse responsável, bom estudante e bom líder. Apesar de vários alunos terem estas características, Raquel e Ana se destacaram. Elas duas tinham nota 10 e ambas eram muito responsáveis. Mas, como apenas uma poderia ser a ajudante, a Professora Paula teve que escolher entre elas, então ela escolheu Ana.



Porque a professora escolheu Ana e não Raquel?